

<b>OBJETIVO</b>	Reunião do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição e do Comitê Orçamentário do 1º Grau
<b>DATA</b>	17/12/2020 (16h30 às 18:30)
<b>LOCAL</b>	Videoconferência
<b>COORDENAÇÃO DA REUNIÃO</b>	Juíza do Trabalho Titular Maria Aparecida Ferreira Jerônimo
<b>PROAD Nº</b>	5730/2014

<b>PRESENTES</b>	
<b>NOME</b>	<b>ÁREA</b>
Desembargadora do Trabalho Mirna Uliano Bertoldi	Magistrado indicado pelo Tribunal, na forma do inciso I, do art. 5º da Resolução CNJ n. 194/2014 e 283/2019
Juíza do Trabalho Titular Maria Aparecida Ferreira Jerônimo	Magistrado de primeiro grau escolhido pelo Tribunal a partir de lista de inscritos - 3ª VT Florianópolis - Coordenadora
Juíza do Trabalho Substituta Janice Bastos	Magistrado de primeiro grau eleito por votação direta entre os seus pares, a partir de lista de inscritos - 1ª VT Criciúma
Juiz do Trabalho Titular Roberto Masami Nakajo	Magistrado indicado pelo Tribunal, na forma do inciso I, do art. 5º da Resolução CNJ n. 194/2014 e 283/2019 e da letra b do item 1 do Edital SEAP n. 03/2020
Fernando de Medeiros Marcon	Servidor indicado pelo Tribunal, na forma inciso I, do art. 5º da Resolução CNJ n. 194/2014 e 283/2019 - VT Palhoça
Renato Cabral	Servidor escolhido pelo Tribunal a partir de lista de inscritos aberta a todos os interessados, nos termos do inciso II, do art. 5º da Resolução CNJ n. 194/2014 e 283/2019 e letra c do item 1; item 7 do Edital SEAP n. 03/2020 - SEGECM São José
Marcelo Augusto Botelho	Servidor eleito por votação direta entre os seus pares, a partir de lista de inscrição - 1ª VT Rio do Sul
Dilcionir José Furlan	Diretor-Geral da Secretaria
Hamilton José Maestri	Secretário-Geral da Presidência
Natália da Costa	Secretaria da Corregedoria - suplente
Luiz Auro Beckhauser	Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas
Fernanda Gomes Ferreira	Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica
Juiz do Trabalho Titular José Carlos Kulzer	Presidente da Associação dos Magistrados do Trabalho da 12ª Região - AMATRA 12 - convidado
Clóvis Miguel Massignani	Representante do Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina - SINTRAJUSC - convidado
Alécio José Riffel	Diretor da Secretaria de Orçamento e Finanças - convidado
Marco Antonio Bazéggio	Diretor do Serviço de Estatística e Pesquisa - convidado

Jacson Alexandre Pereira	Serviço de Desenvolvimento Institucional - Equipe de Apoio
Yasmin Lonzetti Skovronski	Serviço de Gestão de Processos - Equipe de Apoio
Marcelo Borrini Moretto	Serviço de Gestão de Processos - Equipe de Apoio

AUSENTES	
NOME	ÁREA
Carlos Alberto Crispim	Servidor eleito por votação direta entre os seus pares, a partir de lista de inscrição - 3ª VT Florianópolis

ASSUNTOS TRATADOS / DELIBERAÇÕES
----------------------------------

A reunião teve como pauta:

**1. Assuntos pendentes de reuniões anteriores:**

- **Análise da Portaria PRESI n. 154/2016, que dispõe sobre a realização do teletrabalho no Tribunal**

**Tema: Oficial de Justiça**

- **Análise do Tema Segurança dos OJs X Decisão CNJ (PROAD 5112/2020)**
- **Apresentação dos estudos da lotação paradigma**
- **Pedido Complementar do Oficial de Justiça: Renovação do pedido de isenção de pedágio (doc. 807 do PROAD 5730/2014)**
- **Priorização na automatização do Boletim de Oficial de Justiça**

**2. Demanda Orçamentária do 1º Grau de jurisdição**

**3. Disponibilização de salas de para realização de atos processuais na forma prevista na Resolução CNJ n. 341/2020 que determina aos tribunais brasileiros a disponibilização de salas para depoimentos em audiências por sistema de videoconferência, a fim de evitar o contágio pela Covid-19. (requerimento da AMATRA12 pelo PROAD 10550/2020).**

**Abertura**

A Juíza Maria Aparecida Ferreira Jerônimo, Coordenadora, abriu a reunião do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição, cumprimentando e dando boas-vindas aos presentes.

Em seguida, passou a palavra à Diretora da Secretaria de Gestão Estratégica para prosseguir com a reunião.

A Diretora ressaltou que a pauta foi composta por assuntos pendentes de reuniões anteriores e também da manifestação de um dos participantes do Comitê após *e-mail* solicitando sugestão de pauta.

#### **1. Assuntos pendentes de reuniões anteriores:**

- **Análise da [Portaria PRESI n. 154/2016](#), que dispõe sobre a realização do teletrabalho no Tribunal.**

O Comitê avaliou a importância de se avançar no tema. Foi noticiado que o assunto está sendo estudado pelo CNJ, especialmente em função dos efeitos da pandemia e, também, que deve ser regulamentado pelo CSJT.

Foi mencionado que as normas dos Conselhos Superiores são vinculantes, o que pode impactar no estudo do Comitê, contudo a exemplo da regulamentação do TRT12 referente às audiências por videoconferência, o Tribunal saiu na frente e a regulamentação foi utilizada como modelo para os demais Tribunais e Conselhos Superiores.

Foi sugerido que caso as regulamentações dos Conselhos Superiores não sejam publicadas até a próxima reunião, a ser realizada em fevereiro/2021, o Comitê deverá se organizar para iniciar os debates a respeito do tema.

**Deliberação: Aguardar a deliberação do Conselho Nacional de Justiça - CNJ e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho - CSJT e voltar ao tema para debate na reunião a ser realizada próximo de 26/2/2021.**

#### **Tema: Oficial de Justiça**

- **Análise do Tema Segurança dos OJs X Decisão CNJ ([PROAD 5112/2020](#))**

A Diretora da SEGEST contextualizou a demanda encaminhada ao Comitê, em função da Decisão CNJ ID 3989002, relativa à adoção de providências com foco no aparelhamento e capacitação dos Oficiais de Justiça, em consonância com princípios e diretrizes da Política Nacional de Segurança do Poder Judiciário. Informou que o Serviço de Gestão de Processos - SEGEPRO fez estudo comparando itens da decisão com as providências já adotadas pelo TRT12ª Região.

**Deliberação: Adiar para tratar com temas específicos relacionados aos Oficiais de Justiça, com a presença de representantes da categoria por circunscrição. Previsão de pauta para março/2021.**

- **Apresentação dos estudos da lotação paradigma**

A Diretora da SEGEST informou que o assunto já foi debatido pelo Comitê de 1º Grau, mas o Comitê tinha outra composição. Registrou aos novos membros que os estudos iniciaram com a área de Estatística e um grupo de Oficiais e que os debates no passado geraram várias reflexões e ensejaram, em função da complexidade e de inúmeras variáveis a serem observadas, a necessidade de aprofundamento dos estudos. As informações foram completadas pelo Diretor do SEESTP.

**Deliberação: Adiar para apresentação dos estudos propostos para debate no Comitê. Previsão de pauta para fevereiro/2021.**

- **Pedido Complementar do Oficial de Justiça: Renovação do pedido de isenção de pedágio (doc. 807)**

A Diretora da SEGEST informou que o servidor Eric Snel, oficial de justiça lotado em Imituba, solicitou providências por parte do Tribunal, com a determinação para as empresas concessionárias de rodovia isentem do pedágio os oficiais de justiça quando em serviço.

Foi informado pela Diretora da SEGEST que a demanda do servidor foi tratada em 2019 no proad [PROAD 3880/2017](#) (trata dos assuntos específicos dos OJs)

doc. 115 [OFICIO n.º056/2019- PRESI/DIGER](#) Assunto: Isenção da tarifa de pedágio

doc. 124 [Resposta ao OFÍCIO n.º056/2019](#)

doc. 125 [Despacho n. 359/2019/CIPRO/SUINF](#)

O Comitê debateu sobre a demanda e a dificuldade apresentada pelo servidor. Foram debatidos também alternativas para o pedido e avaliado como seria o registro da passagem pelo pedágio, pelo extrato mensal do sistema Sem-Parar, apresentação do ticket para ressarcimento ou comprovação da vinculação do número do processo, cópia do mandado, da data e horário que o mandado foi cumprido.

**Deliberação: Considerando as tratativas do TRT 12ª Região registradas no PROAD 3880/2017, o Comitê sugere dar ciência dos documentos 115, 124 e 125 ao servidor Eric Snel quanto à impossibilidade de extensão de isenção aos veículos particulares de Oficiais de Justiça, dado não serem veículos oficiais na forma da Lei, nos termos oficiados pelo Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária.**

**O Comitê sugeriu que o Tribunal avalie a possibilidade de ressarcimento de valores gastos em pedágio. Ficou também consignado que a Administração vai verificar se o pedágio não é um dos itens que compõem a indenização de transporte.**

- **Priorização na automatização do Boletim de Oficial de Justiça**

A Diretora da SEGEST, em atenção ao [Despacho-Presidência](#), doc. 65 do [PROAD 10907/2014](#), informa que a Presidente determinou que o Comitê se manifeste sobre a necessidade de priorização na automatização do Boletim de Oficial de Justiça, considerando:

- As ponderações lançadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação SETIC/SESUS 093/2020 ([doc. 62](#)), que sugere que o presente expediente seja analisado pelas equipes envolvidas, visando à necessidade de redefinição e priorização para elaboração de um novo planejamento de reconstrução do BE-OJ; e
- A manifestação da Secretaria de Gestão Estratégica – SEGEST/ Serviço de Estatística e Pesquisa – SEESTP ([doc. 64](#)) que versa sobre a necessidade de priorização na automatização do Boletim de Oficial de Justiça, cuja implantação foi autorizada pelo o Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição e do Comitê Orçamentário do 1º Grau.

O Comitê debateu o tema ressaltando a importância que as informações sejam fidedignas para auxiliar a Administração na tomada de decisões. O Oficial de Justiça Renato Cabral ressaltou a importância da automação para redução das atividades operacionais e, também, por saber da relevância da qualidade dos dados estatísticos. Atualmente os lançamentos são feitos manualmente em planilhas, que demandam muito tempo para preenchimento e ainda corre-se o risco de lançar dados de forma equivocada. Sabemos que as estatísticas dos Regionais são de extrema importância para os Conselhos Superiores, Tribunais, Magistrados e Oficiais de Justiça, destacou o servidor.

**Deliberação: O Comitê reforça a necessidade de priorização da automatização do Boletim Estatístico dos Oficiais de Justiça pela SETIC, por auxiliar na racionalização das atividades e na qualidade dos dados para efeitos estatísticos, uma vez que já foi amplamente debatido e autorizado pelo Comitê em outra oportunidade.**

## **2. Demanda Orçamentária do 1º Grau de jurisdição**

O Diretor-Geral da Secretaria apresentou os dados da execução orçamentária relacionada ao 1º grau de jurisdição, ressaltou que até 31/12/2020 serão investidos o montante de R\$ 2.800,000,00 e passou a elencar os pontos mais relevantes.

Juiz do Trabalho Titular José Carlos Kulzer, Presidente da AMATRA12, solicitou que os dados fossem anexados na ata, para dar publicidade das despesas relacionadas ao 1º grau.

**Deliberação: O Comitê determinou a juntada do material apresentado pelo Diretor-Geral.**

## **3. Disponibilização de salas de para realização de atos processuais na forma prevista na Resolução CNJ n. 341/2020** que determina aos tribunais brasileiros a disponibilização de salas para depoimentos em audiências por sistema de videoconferência, a fim de evitar o contágio pela Covid-19. (requerimento da Amatra12 pelo PROAD 10550/2020).

Foi feita consulta ao Diretor da SETIC que informou sobre o andamento das aquisições com previsão de entrega em janeiro de 2021.

O Diretor-Geral informou que em relação às câmeras, já foi provisionado o valor de R\$ 45.000,00 e que o atraso nas instalações das câmeras ocorreu em razão da pandemia e também da falta desses produtos em razão da alta procura.

**Deliberação: Não há deliberação, pois o Tribunal está atendendo o pedido para instalação de 3 câmeras nas salas de audiência de todas as VTs (PROAD 10.084/2020- CD 12211/2020).**

## **4. Assuntos Gerais**

**Tema: Estrutura de apoio para magistrados e servidores**

- **O Comitê debateu sobre a necessidade de estrutura como câmeras, pacote de dados (internet), softwares necessários, entre outros equipamentos essenciais para realização do trabalho remoto, em função da pandemia ou de novas exigências decorrentes de outras formas de trabalho no futuro.**
- **O Comitê sugere que os representantes do Tribunal levem o tema para ser debatido nacionalmente, inclusive ressarcimento.**

- O tema será incluído na pauta da reunião do Comitê de fevereiro de 2021.

### Encerramento

Não havendo mais manifestações e demandas do Comitê Gestor Regional da Política de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição, a reunião foi encerrada pela Juíza Maria Aparecida Ferreira Jerônimo, Coordenadora, com agradecimentos pelo engajamento de todos durante o ano de 2020 e com desejos de boas festas

FECHAMENTO DA ATA		
DATA	NOME DO REDATOR	RAMAL
18-12-2020	Fernanda Gomes Ferreira	4401

## AÇÕES PONTUAIS NO 1º GRAU EM 2020

Descrição Ações	Valor
Aquisição de Notebooks para os juízes, marca HP, modelo PROBOOK 640 a serem entregues em janeiro de 2021	732.000,00
<i>Upgrade</i> nas contas Google do 1º grau ( <i>e-mails</i> das Varas do Trabalho). Estas contas saíram do pacote básico para o pacote <i>enterprise</i> para possibilitar a gravação das audiências na plataforma Google Meet de teleconferência	52.440,00
Sistema de Audiências a ser implantado em 2021	45.086,40
Contratação de modems 4g com disponibilidade de 5 GB/mensal por usuário. 130 modems para magistrados. O contrato foi renovado em 2020 e vai até fev/2022	43.569,54
Término da reforma de Canoinhas	882.120,48
Término da reforma de Brusque	232.228,55
Serviços técnicos de engenharia e arquitetura (projetos) para obra de Tubarão	136.618,64
Fornecimento e instalação de grades internas (fixas e pantográficas) nas esquadrias dos pavimentos térreos dos edifícios que abrigam os fóruns trabalhistas de Joinville e Chapecó	52.246,15
Serviço de execução de alambrado reforçado no alinhamento frontal do terreno do Fórum Trabalhista de São José e substituição do muro de vidro	18.608,00
Recuperação do piso da 1ª Vara de Itajaí	164.649,49
Modernização dos elevadores do Fórum de Florianópolis	68.650,00
Recuperação da manta do telhado da Vara de Videira	54.793,41
Revisão das instalações elétricas da Vara de Xanxerê	37.874,51
Pacote de manutenções diversas do Fórum de São José	25.938,25
Recuperação do telhado do Fórum de Balneário Camboriú	21.232,50
Adaptação da Sala de Audiências para retomada presencial do Fórum de Balneário Camboriú	17.631,47
Adaptação da Sala de Audiências para retomada presencial do Fórum de Joinville	13.441,28
Pacote de manutenções diversas do Fórum de Balneário Camboriú	12.052,04
Adaptação da Sala de Audiências para retomada presencial da Vara de Navegantes	11.823,92
Pacote de manutenções diversas do Fórum de Florianópolis	10.453,03
Recuperação do telhado do Fórum de Blumenau	6.235,89

Recuperação do telhado da Vara de Curitiba	5.558,69
Manutenção da subestação do Fórum de Florianópolis	4.350,00
Recuperação do telhado da Vara de Xanxerê	4.179,64
Manutenção na subestação do Fórum de Blumenau	4.100,00
Revisão geral nas instalações elétricas do Fórum de Jaraguá do Sul	3.425,12